

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

LabCit/Gedri

V. 1, n. 2, 2020
ISSN 2675-3308

COMO FICAM AS TAXAS DE INVESTIMENTOS COM A COVID-19?

Janete Ely

O **Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transporte e Logística – Labcit** se constitui como espaço de interação entre pesquisadores, professores, estudantes e comunidade, oferecendo suporte para atividades de pesquisa, ensino e extensão. A origem do laboratório remete ao **Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas – Gedri**, constituído em 2005. O mesmo congrega pesquisadores de diferentes regiões do país. O grupo é certificado pelo CNPq desde 2005 e atualmente é sediado no Departamento de Geociências da Universidade do Federal de Santa Catarina (UFSC).

LABCIT/GEDRI
Departamento de Geociências
Bloco C do CFH, Sala 4
E-mail: marcio.silveira@ufsc.br
Telefone: 048-3721-8594
Ramal: 8594



Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH
Departamento de Geociências – GCN
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFSC
Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística -
LABCIT
Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas -
GEDRI
Coordenador: Márcio Rogério Silveira

Site: <https://labcit.ufsc.br/>

COMO FICAM AS TAXAS DE INVESTIMENTOS COM A COVID-19?

Textos
para
Discussão

Janete Ely

Economista, Mestre em Geografia e cursando Especialização em MBA em Infraestrutura de Transportes e Rodovias.
Pesquisadora do LABCIT/UFSC, integrante do GEDRI e do NETRANS/UNILA
E-Mail: janeteely@hotmail.com - Florianópolis.

Resumo

A recuperação econômica será de forma bastante atípica, especialmente nesse momento de grande imprevisibilidade que o Mundo e o Brasil vem passando. Dados demonstram que a economia já estava em crise antes mesmo da pandemia causada pela Covid-19, porém no Brasil, além da crise ser de ordem econômica, social e sanitária, também é política. Há contradições dentro do Governo Federal que por um lado ensejam na adoção de políticas de austeridade, e há os que defendem o aumento dos investimentos através de obras públicas com investimentos federais ou em parceria com a iniciativa privada. Ocorre que, as políticas de investimento que financiam o desenvolvimento, possuem relação direta com os ciclos econômicos e o momento atual não é de expansão e crescimento, dificultando ainda mais a articulação interna e externa que vislumbra a curto prazo o aumento dos investimentos.

Palavras chave: Covid-19, Investimento, Crise Econômica

HOW ARE THE INVESTMENT FEES WITH COVID-19?

Abstract

The economic recovery will be quite atypical, especially in this moment of great unpredictability that the World and Brazil has been going through. Data show that the economy was already in crisis even before the pandemic caused by Covid-19, but in Brazil, in addition to the economic, social and health crisis, it is also political. There are contradictions within the Federal Government that on the one hand give rise to the adoption of austerity policies, and there are those who defend the increase in investments through public works with federal investments or in partnership with the private sector. It turns out that the investment policies that finance development are directly related to economic cycles and the current moment is not one of expansion and growth, making it even more difficult for the internal and external articulation to envisage an increase in investments in the short term.

Keywords: Covid-19, Investment, Economic Crisis

INTRODUÇÃO

Muito se tem falado sobre a falsa dicotomia entre saúde e economia em tempos de Covid-19. Convencionou-se que por um lado a Organização Mundial de Saúde e especialistas em saúde demonstram a necessidade do isolamento social para conter a contaminação pelo Coronavírus. Por outro, entidades patronais e grande parcela do empresariado defendem a flexibilização do isolamento e a retomada das atividades econômicas de forma imediata.

Independente da fase de contaminação pelo novo vírus, se o isolamento precisa ser total, parcial ou intermitente, podemos auferir que a recuperação da economia será de forma atípica, pois a crise que se estabeleceu não é apenas de natureza econômica em que podemos aplicar um ou outro modelo. São diversas as variáveis que precisam ser levadas em consideração. Trata-se de uma crise econômica, sanitária e social.

Com base nisso, nosso objetivo é demonstrar o comportamento dos investimentos em um mundo com economias altamente complexas, mas sobretudo, no Brasil que vem diagnosticado em crise aguda antes mesmo da pandemia.

Novo padrão mundial de produção

Vivenciamos um novo padrão de produção mundial comandado pelos países com as economias industriais mais avançadas, que podemos convencionar a chamar de Indústria 4.0. Uma das principais características desse novo padrão é o trabalho produtivo se dar em interconexão englobando todas as cadeias produtivas, utilizando em especial a internet, formando uma enorme rede integrada de dados.

Em contraste a isso, temos um Brasil desindustrializado que possuía uma indústria de base bastante forte e que a partir da década de 1990 passa por um longo processo de regressão, fruto entre outros, do pacto da estabilidade dos preços, vigente até os dias atuais. Ademais, apesar de algumas iniciativas como o PITCE (2004), PDP (2008) e o PBM (2011)¹, o país não dispõe de um programa minimamente estruturado para adentrar nesse novo modelo produtivo inovativo e tecnológico que é altamente dependente do conhecimento e da inovação induzida (não-espontânea). Contudo, o que importa ao Estado Nacional Brasileiro nesta última década, em especial a partir de 2012² é a redução da máquina pública e conseqüentemente dos investimentos públicos que dão suporte para o nosso sistema de ciência, tecnologia e inovação.

Não precisou adentrarmos à “Era da Pandemia” que começa em fevereiro de 2020 para avaliarmos que a economia capitalista estava em crise, evidentemente que com a Covid-19 se espalhando pelo mundo, ceifando milhares de vidas, vieram as restrições de circulação e os isolamentos sociais. Com isso, pode-se perceber a “olhos nus” que a economia é feita, acima de tudo, de pessoas.

Mesmo os países líderes que adentraram o “novo e superior” padrão técnico-produtivo, altamente dependente do conhecimento e da inovação como insumos fundamentais, sucumbem, levando a um aumento ainda maior da heterogeneidade estrutural entre países e o conseqüente aumento das assimetrias globais. A China, vértice na produção das cadeias produtivas globais, por onde passam diversas cadeias de valor viu seu crescimento despencar 6,8% no primeiro trimestre de 2020³. Os EUA, considerada a maior economia do planeta, possuía uma taxa de desemprego em janeiro de 2020 de 4,4%, que passa para mais de 10% em meados de abril⁴, chegando a 20 milhões de pessoas desempregadas.

¹ PITCE – Política Industrial e de Comercio Exterior lançada no Governo Lula em 2004, PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo lançada no segundo mandato do Governo Lula em 2008 e PBM - Plano Brasil Maior lançado no início do Governo Dilma em 2011. (CARMONA, 2017)

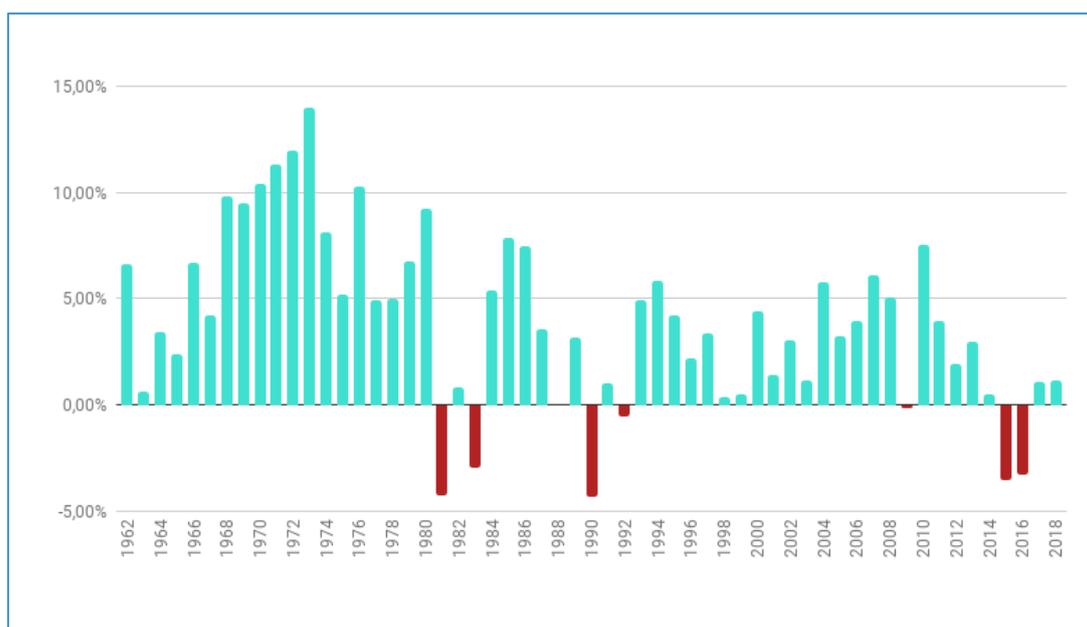
² No Brasil, em 2012 tem início de forma mais explícita os reflexos da crise sistêmica e estrutural que teve seu epicentro nos EUA em 2008, decorrente da financeirização associada ao mercado de hipotecas do setor imobiliário.

³ <https://exame.abril.com.br/economia/pib-da-china-tem-queda-de-68-no-1o-trimestre-devido-ao-coronavirus/>

⁴ <https://exame.abril.com.br/economia/numero-de-desempregados-nos-eua-pode-chegar-a-20-milhoes-diz-consultoria/>

No Brasil o padrão de acumulação dominante se dá através do capital financeirizado já a partir da década de 1990, mais efetivamente com a implantação do projeto neoliberal e tem enredado em uma espiral de instabilidade e imprevisibilidade, resultando em episódios de recessão (década de 1990 e década de 2010), desenvolvimento instável (PIB acumulado em década: 1981 a 90 de -3,9%, 1991 a 2000 de 18,1%, 2001 a 10 de 27,8% e a projeção 2011 a 20 é de 0,0%)⁵, como podemos visualizar no Gráfico 1, além do persistente decréscimo da participação do setor industrial de transformação no produto nacional. Esse setor abriga o potencial de avanço tecnológico e de sua difusão, cruciais para os ganhos de produtividade e diferenciação da estrutura produtiva.

Gráfico 1 – Evolução do PIB anual



Fonte: IPEA/FGV

Dois apontamentos que objetivamos não desenvolver por ora, porém que merecem ser mencionados, trata-se da hiper-concentração econômica e financeirização da riqueza em escalas tanto global quanto nacionais, que a meu ver determinam as decisões de consumo e de investimento. Essa resultante já é considerada de difícil compreensão em períodos considerados de normalidade e em tempos de pandemia, em que as incertezas darão a tônica, perfazem situações ainda mais vulneráveis sobre como as grandes potências econômicas garantirão a acumulação de capital e a sobrevalorização da riqueza. Vivenciaremos tempos de grandes colapsos e que podem redundar em crises de lenta e difícil resolução no campo financeiro, social e sanitário e no caso Brasileiro, soma-se a crise política.

Comportamento dos investimentos no Brasil

Em nota o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶ informa que a taxa de investimento no ano de 2019 foi de 15,4% do PIB, ligeiramente acima do observado no ano anterior (15,2%). Isso contrasta com a média do período que antecedeu a depressão econômica de 2015/16. Média que, diga-se, pode ser considerada baixa para um país que pretende alcançar taxas de crescimento mais elevadas e que possuem demandas sociais que necessitam ser tratadas.

O Brasil, no pós crise de 2008/2009, dentro do quadro político e econômico internacional buscou amenizar os resultados negativos com políticas de estímulo ao consumo interno. Porém, a manutenção das políticas econômicas restritivas, associada à política de desvalorização cambial não propiciaram os

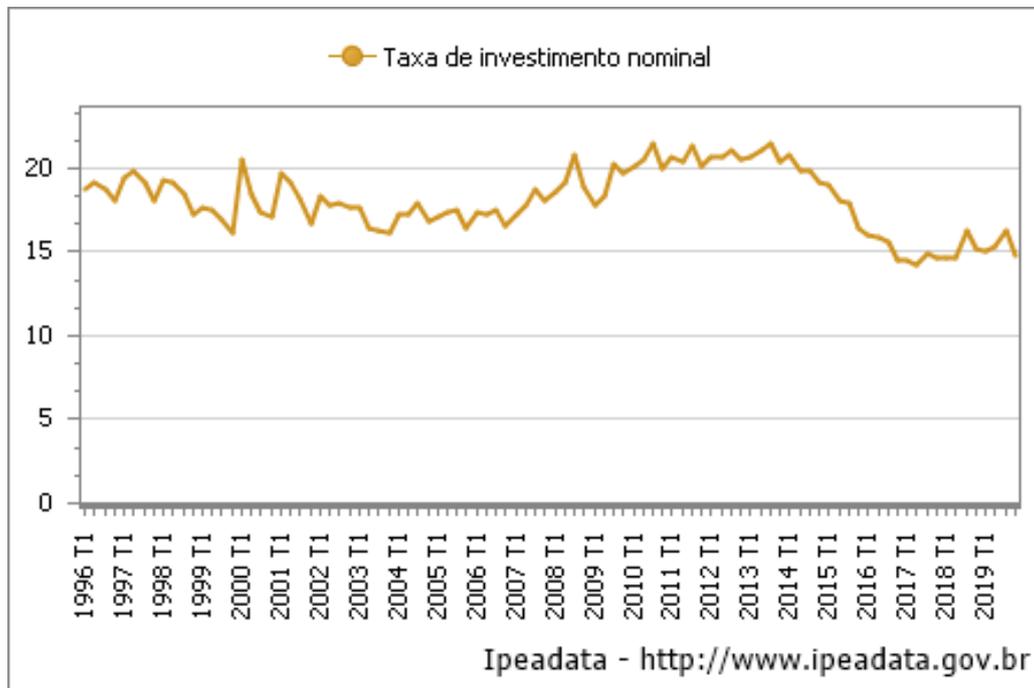
⁵ <https://blogdoibre.fgv.br/posts/evolucao-do-pib-capita-e-situacao-politica>

⁶ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2019_4tri.pdf

investimentos necessários e o consequente crescimento e fortalecimento da indústria nacional, tão necessários para um crescimento mais sustentado.

O baixo desempenho da taxa de investimento nominal, obtida a partir da relação entre a formação bruta de capital fixo (FBCF) e o produto interno bruto (PIB), é a mais baixa das últimas décadas, conforme podemos visualizar no Gráfico 2, que demonstra queda acentuada desde 2014, tendo leve recuperação em 2018. Desde 1965, que esta taxa não baixava ao índice de 15,5% de investimento⁷.

Gráfico 2 – Taxa Nominal de Investimento



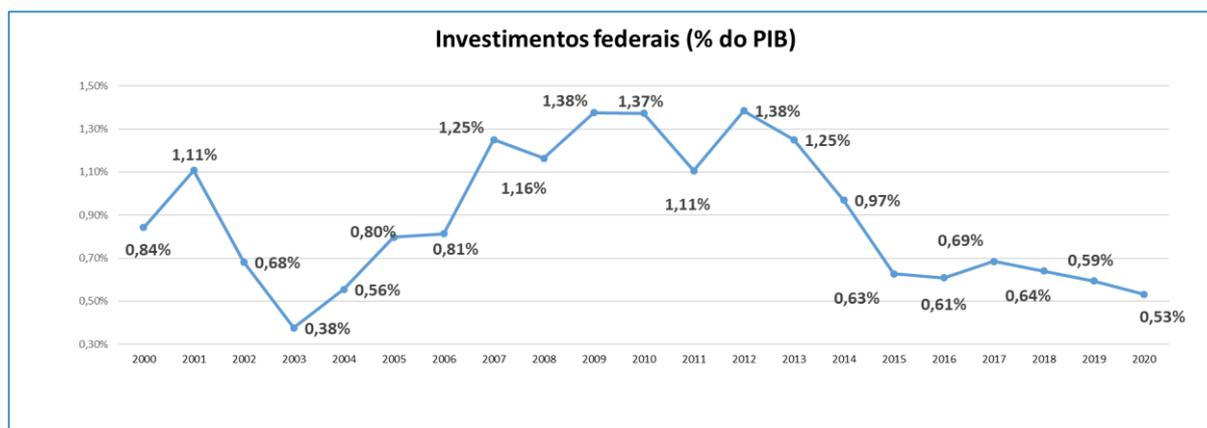
Fonte: IPEA

Outro indicador que baliza nossa avaliação refere-se ao investimento público, que se “distingue da maior parte das demais despesas públicas porque resultam na acumulação de ativos fixos, que potencialmente ampliam o patrimônio líquido do setor público e geram um fluxo futuro de receita” (ORAIR, 1016).

Os investimentos públicos federais, conforme indica o Gráfico 3, ultrapassaram 1% dos aportes federais somente em oito anos orçamentários, dos últimos 20 anos. Possuem certa estabilidade no período 2007 a 2013, porém insuficientes. Neste último ano (2013) inicia uma inflexão para tendência de queda que persiste até os dias atuais. A Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020 aponta que a taxa de investimento público federal seja de 0,53%, contudo, alertamos que essa taxa foi definida antes mesmo da instauração da pandemia, que pode vir a alterar todo o sistema de produção e consequentemente dos investimentos, a depender das políticas adotadas.

⁷ FGV/IBRE - <https://blogdoibre.fgv.br/posts/taxa-de-investimentos-no-brasil-menor-nivel-dos-ultimos-50-anos>

Gráfico 3 – Investimentos Públicos Federais



Fonte: SIOP/IBGE/IFI (PIB). Para 2020, LOA

Contradições dentro de um mesmo governo

Enquanto o mundo volta a sua preocupação para atender a principal crise no momento, a sanitária causada pela Covid-19, temos no Brasil um Governo Central que desdenhou inicialmente do grave problema e insiste com o mantra na adoção de políticas de austeridade fiscal.

A ala econômica, comandada por Paulo Guedes, intensifica o seu decisivo objetivo de garantir a manutenção ou mesmo o aumento das taxas de lucro da oligarquia financeira, bancos e grandes empresários. Desde o início do governo (2019) uma política ultraliberal⁸ está sendo implementada e contém uma extensa agenda de reformas, promove o desmonte do Estado Nacional e a desnacionalização de empresas e consequentemente aplica um modelo da desigualdade extrema, a ponto de tramitar no Congresso Nacional a PEC 10⁹, considerada como um orçamento em tempos de guerra, porém que esconde o real objetivo, qual seja, favorecer entre outros, o setor financeiro e bancário através da compra de “títulos podres”, aumentando a dívida pública, ao invés de fomentar e incentivar as pequenas e médias empresas.

De outro lado, sob os auspícios do mesmo governo, mais recentemente foi anunciado pelo Ministro da Casa Civil, General Braga Netto o Plano Pro-Brasil que consiste em dar ênfase a dois eixos principais:

ordem e progresso. No eixo ordem encontram-se as medidas estruturantes como o aprimoramento do arcabouço normativo; atração de investimentos privados; maior segurança jurídica e produtividade; melhoria do ambiente de negócios; e mitigação dos impactos socioeconômicos. E, no eixo progresso, estão previstos investimentos com a realização de obras públicas e de parcerias com o setor privado¹⁰

Seria um programa com objetivo de retomar o aumento das taxas de investimento tanto no setor público quanto no setor privado, com objetivo de amenizar os impactos econômicos causados pela pandemia. Contudo, essa aparente disputa entre uma ala pretensamente desenvolvimentista e outra ultraliberal não passa de “cortina de fumaça” para os reais problemas atuais e para os que são históricos, à exemplo da crescente queda da participação da indústria no PIB¹¹.

⁸ Tem sua origem na da Escola Austríaca pelo pensador Friedrich Hayek (1899-1992) que entre outros, defende que aos governos cabem assegurar apenas que o mercado seja livre e justo e que os gastos do governo e os impostos pervertem a ordem natural da economia.

⁹ Mais informações em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/carta-aberta-dirigida-ao-presidente-e-demais-parlamentares-da-camara-dos-deputados-e-a-sociedade-em-geral-que-arcara-com-o-peso-dos-trilhoes-que-a-pec-10-transforma-em-divida-publica/>

¹⁰ Extraído de: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/pro-brasil-casa-civil-apresenta-projeto-de-reestruturacao-do-brasil-pos-pandemia>, acesso em 30 de abril de 2020.

¹¹ <http://www.grabois.org.br/porta/artigos/155088/2020-04-27/a-desindustrializacao-tambem-colapsou-a-saude>

Ocorre que, nem no Brasil e nem no restante do mundo é possível mensurar até o presente momento os impactos econômicos decorrentes desta tão grave crise, que repito, não é apenas econômica, mas sanitária e social. No caso Brasileiro, soma-se a grave crise política que desvia a atenção para o real problema de momento, a elevação abrupta do número de infectados e mortos pelo novo vírus.

E temos saída?

Há poucos dias atrás o professor Márcio Silveira¹² que coordena o grupo de pesquisa que nos esforçamos para fazer parte, em debate virtual (WhatsApp - realidade do atual momento) postou algo, citando CHEPTULIN (2004), que me fez refletir ainda mais:

Se a realidade representa o que existe realmente, não podemos distingui-la da possibilidade, porque a possibilidade também tem uma existência real". A possibilidade tem, efetivamente, uma existência real, mas somente como propriedade, capacidade da matéria de transformar-se em condições correspondentes, de uma coisa ou de um estado qualitativo em um outro. Sob essa forma, isto é, como capacidade de transformar-se de um em outro, a possibilidade é um momento da realidade, como existência real. Assim, por possibilidade, entendemos as formações materiais, propriedades, estados, que não existem na realidade, mas que podem manifestar-se em decorrência da capacidade das coisas materiais (da matéria) de passar umas nas outras. A possibilidade, realizando-se, transforma-se em realidade, e é por isso que podemos definir a realidade como possibilidade já realizada e a possibilidade como realidade potencial.

Em que momento podemos ter uma nova realidade em potencial se a história de faz no curso de seus acontecimentos? Não há dúvida de que a realidade é complexa e encontra-se em constante transformação, como é a própria sociedade e em se tratando da possibilidade real do caso brasileiro, diante das dificuldades que se apresentam, há que pensarmos em um novo pacto político e social, uma Frente de Salvação Nacional, talvez. Como e quando isso se dará, o curso da história está aí para demonstrar.

Não há como vislumbrar em curto e médio prazo que os investimentos possam ser aportados de forma significativa e que altere a realidade, visto que possuímos uma situação mundial e local restritiva como já descrita. Há, conquanto, uma correlação existente entre investimentos públicos e investimentos privados, visto que os mesmos possuem relação diretamente proporcional, pois quanto mais há investimentos públicos, mais crescem também os investimentos privados.

São as políticas de investimento que financiam o desenvolvimento e este possui relação direta com os ciclos econômicos brasileiros e mundiais, ou seja, com todas as condições internas e externas inerentes. Quando há momentos de expansão e crescimento econômico mundial, conjugado com a execução local de políticas expansivas, a resultante configura-se no aumento de financiamentos internos e externos, o que não conseguimos vislumbrar em curto horizonte.

CONCLUSÃO

Desta forma, sob o comando do atual governo, mesmo com a proposta de aceleração de uma carteira de obras de infraestrutura propagandeadas através do Plano Pro-Brasil, em sendo implementadas sob a vigente política ultraliberal, a tendência de aumento dos investimentos é de inexistência real, não configurando-se em realidade, dado a larga divergência de representação de projetos, mesmo com os incentivos aos financiamentos através dos bancos privados em troca da aprovação da PEC10, já mencionada.

Mesmo os efeitos multiplicadores que pudessem surgir, dificilmente causariam promoção de maior dinamismo econômico, tampouco serviriam para reduzir as assimetrias e desigualdades regionais, visto que as mudanças necessárias não se dão apenas na forma de financiamento, mas substancialmente na necessidade de fortalecimento do aparelho estatal, o que contradiz novamente a ala econômica.

¹² Márcio Rogério Silveira - CV: <http://lattes.cnpq.br/2013275632088896>

Assim, não há muito o que comemorar, pois em tempos de Covid-19 o que podemos observar é uma desarticulação, insuficiência e descompasso de ações que é fruto de um governo que não dialoga de forma séria e honesta com os parceiros mundiais e tampouco implementa uma política translúcida de desenvolvimento regional de forma equitativa, mesmo sabendo que a igualdade de condições não será possível de ser viabilizada em uma sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

CARMONA, Ronaldo. **A reindustrialização brasileira como vértice de um novo projeto nacional**. Revista Princípios, Edição 150, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2017.

CHEPTULIN, Alexandre. *A Dialética Materialista: categorias e leis da dialética*. Editora Alfa Omega. 2ª edição: São Paulo, 2004.

ORAIR, Rodrigo Octávio. **Investimento Público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6873/1/TD_2215.PDF.

Como citar:

ELY, J. Como ficam as taxas de investimentos com a Covid-19? . **Textos para Discussão**. Florianópolis, v.1, n.2, 2020.